

MARCELO CAETANO E O PENSAMENTO POLÍTICO PORTUGUÊS ENTRE A NOSTALGIA E A MODERNIDADE

Francisco Carlos Palomanes Martinho* - UERJ

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de Marcelo Caetano, último chefe do executivo da ditadura do Estado Novo português procurando dar ênfase à tensão entre o papel autônomo e independente do intelectual e as circunstâncias limitadoras da ação do dirigente político. Caetano foi, para usarmos a definição de Sirinelli, um intelectual em dois sentidos: um criador de idéias e um agente da política¹. Nesta condição, a autonomia do intelectual era em diversos momentos, constrangida pelas imposições inerentes ao homem de Estado, principalmente quando estava em jogo a herança colonial, último pilar de sustentação do Estado Novo entre o final dos anos sessenta e o início da década de 1970.

Nascido da crise do liberalismo da década de 1920, o Estado Novo manteve-se, em seus primeiros anos, amparado em quatro grandes âncoras ideológicas: o autoritarismo, o corporativismo, o nacionalismo e o colonialismo. Terminada a Segunda Guerra, o sistema colonial era a única âncora que restava para manter uma nau cada vez mais à deriva. O autoritarismo transformou-se no pós-45 em argumento e referência para o combate ao comunismo em plena guerra-fria. O corporativismo foi incorporado aos regimes democráticos europeus e mesmo aos Estados Unidos no pacto estabelecido ao término do conflito e, portanto, também não convinha mais a Portugal. O nacionalismo deixou de ser argumento de mobilização de regimes autoritários e corporativistas para se tornar bandeira pela autonomia nacional das antigas colônias na África e na Ásia. Sobrava, portanto, o colonialismo, herança da aventura no ultramar iniciada no século XV. É neste sentido que apesar da relativa independência, política e intelectual, frente ao regime e dos anúncios de reforma quando de sua ascensão ao

cargo de Presidente do Conselho de Ministros, Caetano optou, premido quem sabem pelas circunstâncias, quem sabe por suas próprias convicções manter, ainda que à custa de imenso sacrifício, o sistema colonial.

De que personagem estamos falando? Marcelo José das Neves Alves Caetano, licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa em 1927, aos vinte e um anos de idade. Militante da Junta Escolar do Integralismo Lusitano, redator da revista *Ordem Nova*, fez parte da corrente que aderiu ao regime da ditadura militar instaurada em 1926 e posteriormente ao Estado Novo. Em 1929 se tornou colaborador de Oliveira Salazar, como auditor jurídico, junto ao Ministério Finanças. Em 1931 fez parte da primeira comissão Executiva da União Nacional (UN) partido único da ditadura e, no ano seguinte, teve papel destacado na elaboração do projeto da futura Constituição portuguesa. Também em 1931 doutorou-se pela Universidade de Lisboa, onde ingressou para o cargo de docente através de concurso público em 1933. Ao longo da década de 1930 dedicou-se a uma promissora carreira acadêmica, destacando-se como doutrinador do corporativismo, historiador do direito, da administração, das instituições e cientista político. Convidado por Salazar a candidatar-se à Assembléia Nacional nas eleições de dezembro de 1934, afirmou em recusa: “*A minha vocação única é a Universidade: pesa-me ter de trai-la por absoluta necessidade, mas espero que não farei nunca de vontade*”². Embora priorizando a atividade docente, Caetano procurou, como doutrinador e teórico do corporativismo, manter uma constante colaboração com os projetos reformadores da legislação portuguesa durante o Estado Novo. É dele a autoria da reforma do direito administrativo português de pendor corporativo, centralizador e autoritário, aprovada através da publicação do Código Administrativo de 1936³.

Em 1940, após toda uma década de apoio à distância ao regime do Estado Novo, foi nomeado Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa⁴, seu primeiro cargo

no Poder Executivo. Nesta condição, procurou rever uma postura pró-Alemanha desta organização em favor da neutralidade portuguesa perante o conflito mundial. Durante este período, Caetano manteve com Salazar uma constante correspondência, onde procurou, várias vezes, expressar seu descontentamento frente à condução da política interna do regime. Em uma de suas cartas ao Presidente do Conselho, sugeriu que o mesmo patrocinasse uma “renovação do pessoal governante”⁵. Salazar procurava, em decorrência de seu reconhecido prestígio intelectual, mantê-lo próximo. Assim, em 1944 foi nomeado Ministro das Colônias. Nesta condição, preocupado com a política externa, Caetano acompanhou toda a crise portuguesa do pós-guerra. A mais grave, em 1945, foi quando Portugal teve recusada sua candidatura às Nações Unidas⁶.

A partir de 1946, controlada a crise, passou a se afirmar como representante de uma ala reformadora e crítica do regime, embora procurando sempre aparecer publicamente como seu mais destacado defensor. Durante a I Conferência da União Nacional, coube a ele o encerramento dos trabalhos em um discurso onde falou publicamente sobre a existência de tendências conservadoras e reformistas dentro do Estado Novo. Na remodelação ministerial de 1947, passou a chefiar a comissão Executiva da UN. Mas as esperanças de reforma e abertura oferecidas por Salazar a Caetano logo se dissiparam no recrudescimento repressivo sobre a oposição e na impossibilidade de modernizar e dar nova estrutura ao partido único. Reagindo contra a invasão policial da Faculdade de Medicina de Lisboa e a expulsão de alguns professores dos quadros da Universidade, pediu demissão do cargo. Em sua carta ao Presidente do Conselho afirmava: *“Sou professor e professor de Direito. Como professor e julgador reivindico para a função aquele mínimo de garantias que permitam a independência do ensino e da apreciação dos examinandos”*⁷. Prevalencia, naquele episódio, o professor à frente do executivo, o criador acima do agente. Salazar, entretanto, insistia em mantê-lo próximo ao regime, convidando-o para a presidência,

em 1949, da Câmara Corporativa, um cargo “não político”⁸.

Na conjuntura de rápidas transformações econômicas e sociais sofridas por Portugal ao longo dos anos cinquenta, procurou ampliar sua influência sobre os jovens quadros do aparelho de Estado. Um “partido” informal, reformista e modernizador dentro do regime em que Caetano ia se tornando uma indiscutível liderança política. É contra este perfil que as correntes conservadoras e tradicionalistas se mobilizaram e verberaram durante o III Congresso da UN em Coimbra, em 1951. Em seu discurso, opôs-se à manobra restauradora da monarquia e levantou, publicamente, a necessidade de se debater a sucessão política do presidente do Conselho. Prudente, Salazar o convidou, em 1955, para o cargo de ministro da Presidência. A partir de então, Caetano passou a ser visto como seu potencial sucessor na chefia do Executivo. Entretanto, a progressiva aproximação com o Presidente da República, General Francisco Higinio Craveiro Lopes e a hipótese de este vir a substituir Salazar por Caetano em uma eventual reeleição em 1958 acirraram as disputas internas ao Estado Novo. De um lado, reformistas – “marcelistas” – e, de outro, conservadores - “costistas” -, em referência ao maior representante desta corrente, o ministro da Defesa, Fernando dos Santos Costa. Salazar, pressentindo o perigo, afasta Craveiro Lopes da corrida presidencial, além de demitir do governo tanto Caetano como Santos Costa⁹. Prevalencia, assim, um intelectual cuja capacidade de intervenção e alteração nos rumos do regime era relativa e mesmo diminuta.

Entre os anos quarenta e sessenta, antes de ser nomeado Presidente do Conselho, Caetano foi responsável pela produção de importantes trabalhos historiográficos. Na impossibilidade de citá-los todos, valem referência os seguintes títulos que refletem bem sua curiosidade intelectual: *Donde vem o nome ‘inconfidência mineira’?* (1947), *As Cortes de 1385* (1951), *A Administração Municipal de Lisboa, 1179-1383* (1951), *As Campanhas de Moçambique em 1895* (1957), *Apontamentos*

para a História da Faculdade de Direito (1961), Subsídios para a história das Cortes Medievais Portuguesas (1963), Recepção e Execução do Concílio de Trento em Portugal (1965), O Conselho Ultramarino, esboço da sua história (1967)¹⁰.

Sua ascensão ao cargo máximo da ditadura trouxe responsabilidades que, a despeito de seus objetivos, impunham limites à liberdade por ele defendida quanto ao universo acadêmico. Seu posicionamento frente ao problema colonial foi mais conservador do que se esperava. Até que ponto ele decorre do arranjo de forças políticas que o sustentavam no cargo ou de suas próprias convicções é uma questão em aberto. Talvez seja justo dizer que ele tenha sido ao mesmo tempo, um pouco necessidade e um pouco convicção.

A permanência da guerra colonial sob o governo de Marcelo Caetano evidencia o aborto de uma transição defendida tanto pelas correntes reformistas do Estado Novo quanto pela oposição. Impasses institucionais, porém, amarravam suas mãos. Em primeiro lugar, Caetano fora nomeado pelo Presidente da República, Américo Tomás, forte opositor de qualquer reforma, principalmente no âmbito das colônias. Ao mesmo tempo, no quadro das correntes civis que apoiavam o regime, o peso do conservadorismo era demasiadamente significativo.

Falemos, pois da guerra em África e das atitudes de Caetano. Apesar do desgaste interno e do isolamento internacional, do ponto de vista militar, a situação do conflito em África era, em linhas gerais, favorável a Portugal. Em Angola e Moçambique, de relativa estabilidade, com as guerrilhas de independência isoladas e sem grandes perspectivas de vitória. Na Guiné, entretanto, a situação era dramática, com o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) demonstrando dinamismo e controlando parte do território¹¹. O caso desta “província ultramarina” evidencia os limites do reformismo modernista de Caetano e seu apego à tradição. O general António de Spínola, governador do território, ciente da grave crise militar vivida

pelos soldados portugueses e do amplo respaldo da guerrilha nacionalista, pretendeu adotar uma estratégia de integração que visava, até, a incorporação de alguns elementos do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde) na administração colonial. Como estratégia de fundo, uma transição negociada para a independência. Em abril de 1970 três majores foram enviados por Spínola para as terras ocupadas pelo PAIGC a fim de serem iniciadas as negociações: foram, entretanto, sumariamente mortos. Como resposta, em novembro daquele mesmo ano, o governador da Guiné, com apoio de Caetano, dirigiu um ataque a Conacri, capital da Guiné francesa, onde se abrigavam os dirigentes do PAIGC. Os objetivos da operação eram derrubar o governo do radical Ahmad Sékou Touré e destruir ao máximo as estruturas do PAIGC montadas naquele país. A operação “Mar Verde”, como ficou conhecida foi um desastre total, tanto do ponto de vista militar como também político e diplomático. O Conselho de Segurança da ONU apresentou uma denúncia contra Portugal, o que pode ser visto como um aprofundamento do desgaste português nas relações internacionais. A tentativa de invasão à capital da Guiné francesa, ao mesmo tempo em que demonstrou a intransigência de Caetano diante da guerra, se torna ainda mais intrigante quando comparada a outras iniciativas de Spínola em um sentido mais negociador. No início de 1972, o presidente do Senegal, Leopold Senghor procurou Spínola a fim de estabelecer um diálogo com vistas ao encerramento do conflito na Guiné. Sua proposta consistia na celebração de um acordo baseado em uma administração conjunta entre portugueses e nacionalistas ao longo de um período de dez anos ao fim do qual seria estabelecido um referendo popular que determinaria o futuro das relações entre Guiné e Portugal. Spínola levou a proposta a Caetano e recebeu como resposta uma radical negativa. Estarrecido, ouviu ainda de Caetano a afirmativa de que para uma melhor defesa do ultramar, particularmente para a defesa de Angola e de Moçambique, era preferível uma derrota militar na Guiné ao invés de

uma saída negociada. Principalmente por conta da projeção internacional do principal líder do PAIGC, Amílcar Cabral¹². Em um quadro de absoluta recusa a qualquer alternativa que não fosse a derrota dos movimentos nacionalistas, diversas resoluções da ONU e de seu Conselho de Segurança, como reconhecimento unilateral da independência da Guiné aprofundaram o isolamento português entre o início da década de 1970 e a Revolução dos Cravos em 1974¹³.

Procuramos, nesta breve exposição, fazer uma breve análise do papel desempenhado por Marcelo Caetano primeiro como intelectual disposto a manter relativa margem de independência frente ao Estado Novo e, depois, como chefe do Executivo ocupando o cargo de Presidente do conselho de Ministros. Se, na primeira fase assistimos ao mesmo tempo a uma importante produção intelectual, a uma promissora carreira acadêmica e a uma relativa capacidade de questionar *cláusulas pétrias* do Estado Novo, na segunda prevaleceu o conservadorismo e o tradicionalismo expressos na manutenção da herança ultramarina. Se, como dissemos, as escolhas de Caetano decorreram de suas próprias convicções ou das circunstâncias políticas à época é questão em aberto. Mas o resultado de tal escolha foi a tentativa de manter o último grande símbolo do Estado Novo e, sobretudo, uma crise do Estado que resultou no golpe do 25 de abril de 1974.

* Professor Adjunto do Departamento de História da UERJ e pesquisador do CNPq.

¹ Jean-François Sirinelli. Le hasard ou la necessite? Une histoire em chantier. L'histoire des intellectuels. In: *Vingtième siècle*. Revue d'histoire, Paris. (9), 97-108, jan-mars, 1986.

² Correspondência de Marcelo Caetano a António Oliveira Salazar, de 22 de novembro de 1934. In: José Freire Antunes. *Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa: Difusão Cultural, 1994, p. 96.

³ Fernando Rosas. CAETANO, Marcelo José das Neves. In: Fernando Rosas & José Maria Brandão de Brito (Organizadores). *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p.110-112.

⁴ Sobre a Mocidade Portuguesa, ver: Simon Kuin. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos de instauração de uma organização paramilitar da juventude. In: *Análise Social*. ICS/UL, vol. XXVII, n° 122, 1999/3°, p. 555-588.

⁵ Correspondência de 1 de março de 1943 de Marcelo Caetano a António Oliveira Salazar. In: José Freire Antunes. *Obra citada*, p. 113.

⁶ Francisco Carlos Palomanes Martinho. Ditadura e ordem internacional: das guerras coloniais à transição democrática portuguesa. In: In: Francisco Carlos Teixeira da Silva & Darc Costa. *Mundo latino e mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2004, p. 45-60.

⁷ Correspondência de 31 de julho de 1947 de Marcelo Caetano a António Oliveira Salazar. In: José Freire Antunes. *Obra citada*, p. 220.

⁸ Correspondências de 19 de novembro de 1949 de Marcelo Caetano a António Oliveira Salazar e de 23 de novembro de 1949 de António Oliveira Salazar a Marcelo Caetano. In: *Idem*, p. 250-251.

⁹ Correspondência de 14 de agosto de 1958 de António Oliveira Salazar a Marcelo Caetano. In: *Idem*, p. 390-391.

¹⁰ Estes estudos de Marcelo Caetano foram encontrados na Biblioteca Nacional de Lisboa e o Real Gabinete Português de Leitura.

¹¹ Norrie MacQueen. As guerras coloniais. In: Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira. *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 267-271.

¹² *Idem*, p. 283-284.

¹³ Pedro Pezarat Correia. Descolonização. In: José Maria Brandão de Brito [Direcção]. *Do marcelismo ao fim do império*. Braga: Círculo de Leitores, 1999, p. 152.